

SOCIEDADES DA INIMIZADE, NEOLIBERALISMO E NEOFASCISMO

ENMITY SOCIETIES, NEOLIBERALISM AND NEOFASCISM

Rafael Rocha¹

<https://orcid.org/0000-0003-1404-6926>

Talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja, sobretudo o da fantasiada separação e, até, do extermínio. É o tempo dos que não estão juntos, que nada agrega; dos que não estão dispostos a partilhar. Mbembe.

Resumo: Este artigo parte das pesquisas elaboradas por autores e autoras que, inspirados por Foucault, produziram análises sobre o neoliberalismo. As questões colocadas pelo filósofo francês foram atualizadas, postas em perspectivas e desdobradas, viabilizando um potente recurso filosófico na compreensão política de nosso presente. Assim, nosso objetivo é investigar as forças, energias e alianças que consolidaram um modo de vida orientado pelo mercado e pela moral, cujos efeitos produziram autoritarismos e o esfacelamento de valores democráticos. Em nossa hipótese, as sociedades neoliberais são sociedades da inimizade, onde ódio, raiva, ressentimento e medo normalizam a violência e fomentam a emergência de novas formas de fascismo.

Palavras-chave: Razão neoliberal; Novo conservadorismo social; Neofascismo.

Abstract: This article is based on research carried out by authors who, inspired by Foucault, produced analyzes of neoliberalism. The questions posed by the French philosopher were updated, put into perspective and unfolded, enabling a powerful philosophical resource in the political understanding of our present. Thus, our objective is to investigate the forces, energies and alliances that consolidated a way of life oriented by the market and by morals, whose effects produced authoritarianisms and the crumbling of democratic values. In our hypothesis, neoliberal societies are societies of enmity, where hatred, anger, resentment and fear normalize violence and foster the emergence of new forms of fascism.

Keywords: Neoliberal reason; New social conservatism; Neofascism.

Introdução

Este artigo expressa um esforço de compreensão sobre a realidade política contemporânea. Entre a surpresa e a perplexidade diante dos acontecimentos políticos recentes, a filosofia fornece possíveis chaves interpretativas para identificar as forças, estratégias e racionalidades que têm afetado nossa vida cotidiana. Nesse contexto, algumas questões se

¹ Doutor em Filosofia pela UERJ. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro- SEERJ. E-mail: rafael_rocha1@yahoo.com.br. ID lattes: <http://lattes.cnpq.br/5474682468310967>.

colocam. Como entender a descrença, cada vez maior, em relação aos princípios democráticos? Quais processos geraram uma subjetividade e uma cultura política afeita à legitimidade do autoritarismo, do racismo, da homofobia, do sexismo, da xenofobia e do radicalismo cristão? Como as relações de inimizade se proliferaram e consolidaram no tecido social? Como novos fascismos eclodiram em diversas partes do globo?

Refletir sobre as questões políticas que atravessam o mundo contemporâneo exige compreender as razões que governam os movimentos políticos em disputa e sua inserção nas instituições, nas decisões e práticas governamentais e em nosso cotidiano. Nessa tarefa, o neoliberalismo² e o novo conservadorismo social³ consolidaram uma aliança que, gradativamente, corroeu valores democráticos, o social e o político enquanto elementos vitais na constituição do espaço público e da vida social. Por conseguinte, relações de inimizade atravessam o tecido social e as ações políticas.

Além disso, a lógica da guerra, direcionada ao enfrentamento de inimigos externos, é reconfigurada no combate ao “inimigo” interno. Sem rosto, religião, raça ou classe específica, é imaginado como ameaça, que põe em risco “nossas” vidas, “nossos” trabalhos, “nossas” crenças, sejam elas políticas ou religiosas. O “inimigo” é uma categoria flexível, pode ser entendido como os imigrantes, opositores políticos ou crentes de outras religiões. Com efeito, guerras civis e confrontos estratégicos são normalizados e alargam a aceitação da violência na defesa de “nossos” costumes.

Em nossa hipótese, o risco maior envolve a emergência de forças neofascistas, gestadas ao longo dos anos de precarização das condições de vida, mobilizadas por afetos tristes, como o niilismo e o ressentimento e anesthesiadas em relação às diversas formas de violência inerentes à razão neoliberal. A efervescência desse processo é maximizada pela ascensão de valores como patriarcado, família tradicional, liberdade individual e uma moralidade extremamente religiosa, que encontra nos princípios democráticos de igualdade e pluralidade o inimigo que anseia destruir seu modo de vida e sua visão de mundo.

² Para Wendy Brown o neoliberalismo deve ser analisado a partir de uma dupla perspectiva: neomarxista e foucaultiana, malgrado suas distinções. Segundo a autora, ambas forneceriam recursos conceituais para uma ampla compreensão do neoliberalismo, de suas estratégias e práticas institucionais, seja na economia e na política, seja no governo das condutas e na produção de subjetividades. Cf. BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

³ “Por novo conservadorismo social eu me refiro ao espectro de movimentos conservadores que emergiram durante ou depois da década de 1960, em resposta ao mesmo conjunto de preocupações que mobilizaram os neoliberais à ação” (COOPER, 2019, p.19, tradução livre). Adiante analisaremos como movimentos sociais que defendiam a igualdade, pluralidade e combatiam o racismo, sexismo e machismo foram considerados alvos em comum pelo neoliberalismo e pelo novo conservadorismo social.

Destruição neoliberal do social e do político

Para Wendy Brown, o funcionamento da razão neoliberal seria baseado na moral e no mercado como instâncias supremas na ordenação do mundo e da realidade. Ambos teriam a capacidade de governar os sujeitos ao alicerçar uma disciplina econômica numa escala individual e institucional. Em outras palavras, tanto o comportamento das pessoas quanto as ações políticas seriam postas numa perspectiva financeira. Ao serem confinados num ecossistema empresarial e orientados por uma moralidade tradicional e uma noção mercadológica de liberdade, a vida, o político e social seriam esvaziados de sua potência e de seu conteúdo.

Ocorreria então a projeção da esfera privada para a pública, dos valores como pátria, família cristã, fé, propriedade privada, seguida de sua mobilização como força política em oposição à pluralidade, à igualdade e à justiça social. Este movimento adquire tração com o apoio do novo conservadorismo social, que analisaremos adiante. O principal objetivo aqui é atacar a democracia enquanto soberania popular e poder político compartilhado, vistos como ameaças a um estilo de vida e uma de visão de mundo.

Além disso, ocorre a demonização de partidos e projetos que defendam o combate à divisão racial e sexual do trabalho e o enfrentamento das profundas desigualdades geradas pela privatização de serviços públicos e destruição de proteções sociais. Estes são considerados uma ameaça à moralidade e ao passado tradicional, uma fantasia patriótica e militar do imaginário masculino e branco.

Para Brown, o principal alvo da aliança entre novo conservadorismo social e o neoliberalismo é a democracia, entendida como a disposição de recursos políticos para o governo do povo sobre si, cujo fundamento é a igualdade. Apenas a igualdade política “assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo. Quando a igualdade política está ausente [...] o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo” (2019, p.33). Considerando os antigos princípios democráticos atenienses de igualdade, a saber, do direito igual a participar das decisões em assembleias públicas, a igualdade do ponto de vista da lei e da validação de votos e oportunidade para desempenhar funções públicas, as democracias liberais jamais poderiam ser consideradas integralmente democráticas. E os resquícios de democracia que existiam foram deteriorados.

O Estado, ao invés de promover a igualdade e combater as desigualdades, é posto a serviço da razão neoliberal. Sua tarefa é assegurar o pleno funcionamento do mercado e garantir de um mínimo de serviços e condições para que os cidadãos, convertidos em consumidores, se posicionem na competitividade e nos riscos do mercado. Educação, saúde, aposentadoria deixam de ser direitos e se tornam bens de consumo alcançados por recursos próprios, atrelados ao patrimônio e à propriedade.

Ainda sobre os valores democráticos, estes seriam fortalecidos através de políticas públicas guiadas pela correção de desigualdades, como ações afirmativas que garantissem a igualdade de participação política, de acesso à saúde, educação, renda e moradia a fim de evitar a precarização da vida. Além disso, devem existir estratégias e órgãos que impeçam que grandes corporações ou indivíduos multimilionários alcancem posições de poder político e influenciem as ações governamentais em conformidade com seus interesses⁴.

Outro aspecto fundamental para a democracia, conforme indica a autora, é o cultivo de um espaço comum partilhado pelas pessoas, situado entre o Estado e nossas vidas individuais, fundamental para a constituição de nossa subjetividade política: o social⁵. E justamente o social e sua importância na configuração do comum é um dos alvos centrais a ser destruído pela razão neoliberal. Este processo ocorre com a difusão de uma cultura antidemocrática em diversos setores da população, que, gradativamente autorizará formas antidemocráticas de políticas institucionais. Por conseguinte, numa sociedade que teve sua capacidade de conviver com a pluralidade e a igualdade comprometida, emergem forças intransigentes, extremas e autoritárias, que passam a mediar as relações sociais e influenciar decisões políticas.

O esvaziamento do social é percebido através das estratégias adotadas pela razão neoliberal: as privatizações e o desmonte de proteções sociais como saúde, moradia, renda, educação, trabalho. É notável a composição em diversos governos eleitos por ministros, ministras e pessoas sem formação na área, cujo interesse não é promover e garantir tais direitos

⁴ “Para a democracia prevalecer, não se deve permitir que nem os próprios mercados e nem os vencedores em seu âmbito governem; ambos devem ser contidos no interesse da igualdade política, fundamento da democracia [...] a democracia exige esforços explícitos para criar um povo capaz de se engajar em formas modestas de autogoverno, esforços que se dirigem às formas pelas quais as desigualdades sociais e econômicas comprometem a igualdade política” (BROWN, 2019, p.37).

⁵ “é o local em que cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto. É o local em que somos admitidos como cidadãos com direitos políticos e reunidos politicamente por meio da provisão de bens públicos, e em que as desigualdades historicamente produzidas se manifestam como acesso, voz e tratamento políticos diferenciados, bem como o local em que essas desigualdades podem ser parcialmente corrigidas [...] O social é o local em que somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores, consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação” (BROWN, 2019, p.38).

e sim sua eliminação. Dessa forma direitos são convertidos e produtos a serem consumidos e a responsabilidade do Estado na garantia de tais direitos é transferida para os indivíduos e suas famílias.

Em nome de uma aversão ao controle do estado sobre a liberdade individual, Brown cita alguns teóricos do neoliberalismo, como Hayek, que concebem o mercado e a moral como as bases da civilização, não a esfera social, e teriam maior legitimidade que o Estado por serem ‘espontâneos’. E devido à suas características dinâmicas, produziriam um ordenamento do comportamento humano de forma mais ‘natural’ e livre das coerções estatais⁶. Daí a importância em proteger ambos de ações políticas baseadas na promoção da igualdade, que poderia comprometer as únicas instâncias responsáveis na condução das condutas familiares e individuais.

Em outras palavras, não deve haver interferência estatal sobre as desigualdades. O que é justo aqui é a aplicação universal das regras econômicas. Políticas e ações afirmativas de combate à desigualdade impediriam o ordenamento espontâneo do mercado. Nele as pessoas se posicionariam, movidas pela satisfação de suas necessidades e usando sua liberdade individual. O risco é vital para inovações e o sucesso ou fracasso são encarados como resultados naturais dos processos de desenvolvimento civilizatório. Essa visão ignora tacitamente seus efeitos perversos identificados a partir do social o crescimento de desigualdades absurdas. Como a que foi identificada em relatório veiculado pelo *The Guardian*: 1% dos grandes fazendeiros controlam 70% das terras cultivadas no mundo⁷.

Ainda sobre o social, escreve a autora:

a linguagem do social é o que torna manifesta as desigualdades; o domínio do social é o local em que sujeições, abjeções e exclusões são vividas, identificadas, contestadas e potencialmente retificadas [...] o social é um domínio vital da justiça, porque é nele que as histórias e hierarquias consolidadas de uma determinada região, nação ou civilização são reproduzidas (BROWN, 2019, p.53).

O trecho acima auxilia na compreensão do ataque neoliberal ao social ao promover seu esvaziamento de sentido. Sem essa referência, a consolidação e promoção da igualdade política

⁶ Conforme Brown: “Os sistemas morais tradicionais assemelham-se aos mercados de muitas maneiras [...], especialmente ao estabelecerem uma ordem desprovida de projeto prévio e ao situarem a justiça nas regras, não nos resultados. [...] as regras morais são, então, valores definitivos, não porque resolvam o problema dos fatos incognoscíveis e dos fins não compartilhados, mas porque fornecem códigos para a ação” (BROWN, 2019, p.460).

⁷ <https://www.theguardian.com/environment/2020/nov/24/farmland-inequality-is-rising-around-the-world-finds-report>

se torna algo impossível. Esforços políticos na correção de desigualdades sociais distorceriam as regras mercadológicas, tidas como “naturais”. Tal perspectiva emprega uma gramática e uma visão de mundo que considera qualquer tentativa na promoção da inclusão como paternalista e criaria indivíduos fracos e alheios aos riscos e à competitividade do mercado. Em sua ótica, nada impediria que minorias mudassem suas condições de vida e superassem adversidades, já que o mercado e a moral recompensariam os esforços adotados pelos indivíduos. E caso isso não acontecesse, seria apenas um resultado natural a ser aceito.

Escreve a autora, “quando a alegação de que ‘a sociedade não existe’ se torna senso comum, ela torna invisíveis as normas e as desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado” (BROWN, 2019, p.55). Aqui fica evidente como a privação de direitos e o sofrimento que acarreta são normalizados e autorizados. Assim como ataques moralizantes ao direito ao aborto, às discussões de gênero, à esquerda se tornam senso comum, a partir de um ponto de vista moral e das liberdades individuais.

Outro alvo de ataque fundamental para compreendermos os modos de ação da razão neoliberal é o político. Diferente de acepções relacionadas a práticas e poderes institucionais, o termo designa a esfera de ação constituída por valores e deliberações sobre a convivência. A existência comum é pensada e moldada sob o prisma do poder compartilhado, gerado pela comunidade, no estabelecimento de diretrizes legais, jurídicas, ambientais, econômicas entre outras.

Para Brown, “somente o político resguarda a possibilidade da democracia entendida como o governo pelo povo” (2019, p.70-71). Isso porque a partilha do poder, o diálogo e as deliberações coletivas são práticas que asseguram legitimidade ao projeto democrático de participação popular nas decisões sobre os modos de coexistência. A razão neoliberal é extremamente hostil a essa forma de compreender e construir o político. E por isso produz estratégias de limitações e mesmo destruição das forças e valores democráticos.

Entre elas podemos considerar as privatizações, que transforma direitos em serviços com a transferência das funções governamentais para o setor privado. E também a aversão ao estatismo, isto é, a existência de empresas públicas, assim como a pressão para uma forma de gestão empresarial da administração pública, como governança e *benchmarking*⁸. Estas introduzem o imperativo da eficácia, da produtividade e da redução de gastos, preceitos importantes, mas que não devem servir como técnicas para desconfigurar a função de uma

⁸ Formas de avaliação empresarial, num modelo comparativo à concorrência, cujo objetivo é a incorporação das melhores práticas no aprimoramento dos métodos próprios, visando a obtenção dos melhores resultados.

empresa pública: assegurar ao contribuinte o acesso a direitos previstos na constituição. Outra estratégia é a fabricação de indivíduos guiados pela disciplina moral e mercadológica, contrários aos valores democráticos e ações políticas de combate à desigualdade, consideradas avessas às virtudes do mercado. Conforme a autora,

o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político [...] Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrio em relação a ela (BROWN, 2019, p.70-71).

Desorientadas e deixadas em condições mínimas para que, movidas pela necessidade, possam empreender e superar condições precárias de vida, grandes parcelas da população são atravessadas por afetos tristes, como ódio, revolta, medo e insatisfação. Em relação aos valores democráticos e ao político, oscilam entre a desconfiança, o desprezo e a indiferença, posto que o governo neoliberal prioriza o mercado e a economia em detrimento dos direitos e proteções sociais. Ao invés de fiscalizar, regular e redistribuir, o governo neoliberal privilegia a liberdade de mercado e a propriedade privada sem se comprometer efetivamente com as demandas e necessidades da população.

Vistos como empecilhos para a estratégia neoliberal de sufocar as políticas de bem estar e assegurar liberdade irrestrita ao setor financeiro, dissemina-se uma aversão à democracia e ao político que dá “ânimo a um movimento a favor do liberalismo autoritário em alguns domínios e do moralismo autoritário em outros” (BROWN, 2019, p.73). Este nó é atado pela antipolítica neoliberal, entrelaçado com as linhas da moral tradicional, do mercado e da liberdade individual. Estas devem ser protegidas de qualquer forma de regulação ou interferência, por isso as ações do Estado devem ser limitadas. Assim como o tecido social e os poderes políticos devem ser submetidos às diretrizes mercadológicas e aos imperativos econômicos.

Para Brown, Hayek é o teórico neoliberal mais antidemocrático e afeito a autoritarismos. Em sua visão, as liberdades individuais não devem ser comprometidas pela soberania popular, que fomenta o campo político e amplia o poder estatal em nome do bem estar público. A própria ideia de soberania é atacada e despojada de seu poder, visto que o ordenamento moral e mercadológico não deve ser comprometido pelo governo e por isso deve ser limitado.

O argumento chega a contrapor liberalismo e democracia. Conforme Brown: “mais do que simplesmente distingui-los, no entanto, Hayek identifica fortes tensões entre o liberalismo

e democracia [...] O liberalismo é comprometido com uma forma particular de governo, enquanto a democracia o é com o povo” (BROWN, 2019, p.88). Se considerarmos a fonte do poder soberano democrático, sua responsabilidade visaria a produção de ações em favor da igualdade e em nome do bem público. O que alimentaria uma atmosfera de contestação e crítica sobre as normas tradicionais, imposições e radicalismos religiosos, hierarquias e preconceitos raciais ou de gênero.

Em suma, vimos até aqui como a razão neoliberal produz efeitos antidemocráticos ao desmobilizar as noções de social e político. Seus princípios, como, igualdade, pluralidade, partilha do poder e tomada decisões visando a existência comum seriam considerados uma ameaça aos preceitos do neoliberalismo. A defesa da moral, do mercado e das liberdades individuais conduz, inevitavelmente, em autoritarismos e conservadorismo, posto que os espaços e os meios para diagnosticar, discutir e enfrentar as violências inerentes às desigualdades de renda, de raça e gênero são esvaziados de sentido. Esse efeito é suplementado pelo novo conservadorismo social e pela subjetividade neoliberal, que analisaremos a seguir.

Novo conservadorismo social e a subjetivação neoliberal

Nesta etapa do texto cabe aprofundar as reflexões sobre dois aspectos fundamentais da estratégia neoliberal: a transferência da responsabilidade do Estado para os indivíduos e suas famílias e a fabricação de uma determinada subjetividade. Tendo em vista o mercado e a moral como forças ordenadoras da realidade e de ambiente artificialmente animado pela lógica econômica e empresarial, é necessária a fabricação de determinado tipo de indivíduo, o empreendedor de si.⁹

Afeito aos riscos de mercado, capaz de se posicionar na competitividade exacerbada do mercado e único responsável pelo custeio de sua saúde e educação, este sujeito avalia cada decisão pessoal considerando cálculos de risco, lucro, rentabilidade. Sua vida é considerada um capital a ser investido e parcelas cada vez maiores de seu tempo são aplicadas na obtenção de maior rentabilidade. É uma lógica que acaba de tal forma com a antiga cisão entre tempo de

⁹ A racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governa-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se aos riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. ‘Empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal [...] os propósitos humanistas e hedonistas da gestão moderna dos homens acompanham a implementação de técnicas que visam a produzir formas mais eficazes de sujeição. Estas, por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria (DARDOT; LAVAL, 2016, p.328-329).

trabalho e tempo livre, que o cotidiano, cada brecha e cada espaço de tempo são capturados pela razão neoliberal.

A normatização da eficácia, a gramática mercadológica, a cultura de empresa e o governo econômico das condutas fabricam a nova subjetividade. O processo de subjetivação reconhece a dimensão ativa e dinâmica dos indivíduos e atua no combustível que mobiliza engajamento, motivação, participação e entrega: o desejo. Por conseguinte, sucesso profissional e realização pessoal são fundidos num resultado prático duplo, a maximização da renda e satisfação do desejo.

Este processo impõe sobre os indivíduos uma ética empreendedora, visto que “ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.327). As estratégias e cálculos na gestão da vida são animados pelo desejo, que, racionalizado, conduziria ao constante trabalho de maximização sobre si mesmo. Ambição, iniciativa e contínuo autoaprimoramento são vitais para o indivíduo que deve ser cada vez mais eficaz, mais competitivo e competente.

Escrevem os autores “a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo” (2016, p.344). Nesse propósito, a ética empreendedora sincroniza vida e trabalho. A este último é atribuído uma conotação guerreira ou esportiva ao aclamar força, vigor, esforço, superação, vitória. Ao sincronizar sucesso profissional e realização pessoal, todas as nossas relações devem ser avaliadas sob a perspectiva do investimento: amizades, casamentos, viagens, cursos, formação, contatos, consumo e lazer.

O ambiente precarizado fabricado pela razão neoliberal, onde a competitividade é extrema e nenhum direito é garantido fomenta incertezas e riscos. O exige uma atitude de conquista incessante, cuidado nas decisões, autonomia e iniciativa. Dardot e Laval denominaram de ascese do desempenho o conjunto de estratégias, saberes e práticas na produção dessa subjetividade empreendedora.

No entanto, escrevem os autores, “todos esses exercícios práticos de transformação de si mesmo tendem a jogar o peso da complexidade e da competição exclusivamente sobre o indivíduo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.342). Numa versão degenerada do cuidado de si e dos

exercícios espirituais da antiguidade grega¹⁰, a ascese do desempenho lança mão de uma variedade de técnicas como programação neolinguística, ensinamentos e cursos promovidos por *coaching* ou gurus do mercado que oferecem receitas quase mágicas de enriquecimento. Aqui são empregados um léxico específico, técnicas psicológicas e diversos procedimentos com o intuito de assegurar um manejo do stress, controle das emoções, gestão da ansiedade, formas persuasivas de comunicativa, desenvolver criatividade e inovação.

Este processo de subjetivação internaliza um comportamento a ser adotado tanto no trabalho quanto na vida pessoal. O objetivo é constituir a capacidade de adaptação, flexibilidade e fortalecimento necessários para o desenvolvimento pessoal. No entanto, não nos deixemos enganar: através da ascese empresarial, a “coerção econômica e financeira transforma-se em *autocoerção* e *autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que no acontece” (DARDOT; LAVAL, 216, p. 345). A razão neoliberal desconsidera os efeitos violentos e destrutivos que essa subjetividade é incitada a inflingir a si mesmo por meio da cultura da eficácia.

Para o filósofo coreano Byung-Chul Han, cada contexto histórico seria marcado por determinados tipos de doenças, como bacteriológica, viral e atualmente, neuronal. Na contemporaneidade, onde a razão neoliberal se expande por todo planeta e dissemina a produtividade ilimitada teríamos uma paisagem patológica, com aumento de doenças como depressão, transtorno de déficit de atenção, síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe e síndrome de Burnout (HAN, 2017).

O resultado é violência neuronal, isto é, a produção de infartos psíquicos praticada pelos próprios indivíduos. Assim, esgotamento, exaustão, hiperatividade seriam a norma num ecossistema animado pela concorrência e pela eficácia. Em suas palavras: “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos de obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (HAN, 2017, p.23). A pressão pelo incremento da produtividade contínuo, o imperativo para a iniciativa e do aprimoramento incessante da performance na obtenção de melhores resultados geram frustração e angústia. O medo do

¹⁰ “Pierre Dardot ressaltou que [...] a cultura de si da época helenística (séculos I e II) remetia a certa ordem de mundo, a uma razão universal imanente do cosmo, de modo que o movimento de interiorização era ao mesmo tempo autossuperação de universalização. De certa forma, as ascetes de desempenho não escapam a essa lógica. Obviamente, essa ordem não é mais a ordem da ‘Natureza’ estoica ou a ordem desejada pelo Criador à qual a ‘ascese intramundana’ da ética protestante se atrelava. No entanto, essa ‘ascética’ encontra sua justificação última numa ordem econômica que ultrapassa o indivíduo, uma vez que é expressamente concebida para conformar a conduta do indivíduo à ‘ordem cosmológica’ da competição mundial que o envolve” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.343).

fracasso tende a ser um dos maiores pesadelos na medida em que o valor do desempenho se torna ideal, inalcançável.

Jonathan Crary analisa os métodos de colonização dos corpos, afetos e até do código genético no regime de trabalho 24/7¹¹. Seu argumento trata da exacerbação da produção e do consumo, que incide sobre o último abrigo ainda intocado por essa lógica: o sono. Para o autor, o regime de 24/7 altera e coloca o ritmo da vida humana numa escala inflexível de duração semanal, a serviço do mercado, padronizado pelo desempenho de máquinas. O imperativo da produtividade e da eficácia alcançam limites inumanos e compromete a qualidade e as condições de vida dos indivíduos¹².

Crary argumenta que o modelo de trabalho em regime de 24/7 tem reorganizado a vida social conforme o funcionamento incessante do mercado. Escreve o autor: “No paradigma neoliberal globalista, dormir é, acima de tudo, para os fracos” (CRARY, 2016, p.23). É inevitável a lembrança da romantização delirante do empreendedorismo com a disseminação de *coaching* que oferecem cursos sobre aumento de produtividade, eficácia e a popularização de discursos sobre trabalhar enquanto os outros dormem, lutar enquanto os outros descansam.

Apesar das péssimas condições de trabalho e da precarização da vida que caracterizam o ecossistema neoliberal, a figura subjetiva do empreendedor de si encontra terreno fértil para sua gestação com o novo conservadorismo social. A transferência de responsabilidade do nível estatal para o individual e familiar, a oposição à pluralidade, à igualdade e à liberdade política são alguns dos elementos fundamentais de proximidade e na superação de divergências entre razão neoliberal e o novo conservadorismo social.

Seu projeto de evangelização da esfera pública ocupou o espaço deixado pelas privatizações e reformas das políticas de bem-estar social. De ações governamentais para o combate à AIDS, passando pela decisão de acabar com o financiamento estudantil e, mais recentemente, a parcerias entre igrejas e Estado no sistema prisional na oferta de serviços e programas de propósito moral no tratamento de dependência química.

¹¹ “mercados atuando em regime de 24 horas por sete dias na semana e a infraestrutura global para o trabalho e o consumo contínuo existem há algum tempo, mas agora é o homem que está sendo usado como cobaia para o perfeito funcionamento da engrenagem” (CRARY, 2016, p.13).

¹² “Pesquisas recentes mostram que cresce o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para consultar mensagens ou acessar seus dados. Existe uma expressão recorrente e aparentemente inócua, inspirada nas máquinas: *sleeping mode*. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade e acesso. Ela supera a lógica do desligado-ligado, de maneira que nada está de fato ‘desligado’ e nunca há um estado real de repouso” (CRARY, 2016, p. 22-23).

Melinda Cooper analisou a proliferação de uma série de políticas públicas de fundo religioso e moral nos Estados Unidos, a partir da década de 60. Nesse contexto, o elo entre o novo conservadorismo social e os neoliberais foram as preocupações com as mesmas questões. E a solução encontrada e partilhada por ambos foi a família, considerada a fonte primária de segurança econômica. Ela se tornou a base para elaboração de políticas sociais que deslocaram o eixo das discussões sobre as políticas públicas para a moral e a para a responsabilidade individual e familiar (Cooper, 2017).

Por um lado, havia o interesse econômico e cultural nas privatizações para a redução dos gastos públicos, para a disseminação das virtudes do livre mercado e de uma cultura empreendedora, avessa a proteções sociais garantidas pelo governo, vistas como paternalistas. Por outro lado, investimentos federais e ações afirmativas que democratizaram o acesso gratuito à educação superior foram consideradas como incentivo à independência familiar e a busca por carreiras em detrimento da família. Além disso, havia o temor que uma nova geração de trabalhadores e trabalhadoras graduados, mais crítica em relação às tradicionais hierarquias, ocupassem cargos na burocracia estatal, no sistema educacional e judiciário e por lá disseminassem suas ideias (Cooper, 2017).

Segundo a análise da autora, os movimentos de contestação da década de 60 nos Estados Unidos, com suas promessas antinormativas e redistributivas foram vistas como ameaças a determinado modo de vida, visão de mundo e ao tradicionalismo moral. E as universidades públicas foram consideradas epicentro dos movimentos de libertação que contestavam a normatividade sexual, a família tradicional e as desigualdades raciais e de gênero¹³. Para determinados setores da sociedade o acesso ao ensino superior estaria tornando aquela geração de estudantes menos propensa a obedecer a autoridades e hierarquias¹⁴.

A estratégia adotada foi o financiamento estudantil familiar e privado, que reforçaria a autoridade e dependência parental. A justificativa era que o dinheiro recolhido dos contribuintes não deveria ser empregado em algo considerado um investimento da família, responsável pela

¹³ “Nas universidades em todo país, estudantes feministas pediam o fim do *in loco parentis* (regra tradicional que concedia poderes de custódia parental aos administradores das universidades, que regulavam, nesses espaços, vestimenta, comportamento e sexualidade); ações afirmativas para admissão e contratação; informações sobre controle de natalidade e aborto nos centros estudantis de saúde; criação de um novo programa de estudo para mulheres e revisão curricular. E além de ações afirmativas, estudantes negros, latinos e indígenas pediram uma revisão completa curricular e das práticas pedagógicas para melhor refletir a aproximação histórica entre racismo e o capital na História americana” (COOPER, 2017, p.231, tradução livre).

¹⁴ “Ao liberar uma geração da disciplina das obrigações familiares e débito parental, a expansão do investimento público em educação superior serviu para financiar revolta generalizada contra autoridade” (COOPER, 2017, p.239, tradução livre).

educação de suas crianças. Em 2020, o total da dívida estudantil alcançou a cifra de US1,6 trilhão¹⁵.

Para Maurizio Lazzarato, o endividamento estudantil norte americano “manifesta de maneira exemplar a estratégia neoliberal aplicada desde os anos 1970: a substituição de direitos sociais (direito à formação, à saúde, à aposentadoria, etc.) pelo acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas” (2017, p.63). A ampliação das linhas de crédito para os indivíduos arcarem com os gastos dos serviços sociais, até então custeados pelo governo, introduziu a dívida no cotidiano e na condução dos comportamentos.

O endividamento crônico é uma técnica de poder aguda: impõe uma nova divisão de classe, credores e devedores e uma culpa a ser expiada. O vetor do controle não é externo e sim interno, visto que o próprio devedor exerce sobre si uma coerção movida pela vergonha e pela culpa, numa temporalidade extensa. A dívida impõe aos devedores um modo de vida, de agir e pensar.

Enquanto processo de subjetivação, a dívida governa os comportamentos, os rendimentos, as decisões e o futuro são penhorados. E hipoteca parcelas cada vez maiores de tempo e vida na expiação da dívida. Uma série de métodos administrativos, procedimentos contábeis e organizacionais, que normalmente são empregados num cotidiano empresarial, se tornam exigências existenciais.

Do ponto de vista institucional, ao contrário do que pregam os neoliberais, o Estado é fundamental nesse processo, de manter a saúde do mercado e manutenção da dívida sobre as populações¹⁶.

Isso acontece quando economistas, especialistas em finanças e grandes corporações determinam políticas de austeridade, planos de reajustes, cortes no orçamento público, criam instituições de controle fiscal que submetem o governo ao mercado. Este necessita de condições produzidas artificialmente. Com efeito, a soberania popular democrática é inviabilizada em favor da soberania do capital. E o “grau” de democracia que ainda resta resulta apenas das lutas e resistências da população.

¹⁵ <https://www.nitrocollege.com/research/average-student-loan-debt>

¹⁶ “o governo neoliberal opera uma centralização e uma multiplicação de técnicas autoritárias de governo que rivalizam com as políticas de Estados ditos totalitários ou planificadores [...] Hoje o Estado, e não sua versão mínima, intervém duas vezes. Uma vez para salvar os bancos, as finanças e os liberais eles mesmos e uma outra para impor às populações o pagamento dos custos políticos e econômicos da primeira intervenção” (LAZZARATO, 2017, p.92-93).

Se em algum momento o Estado foi capaz de assegurar uma coesão à sociedade através da coexistência de segmentos populacionais plurais foi através dos direitos políticos e sociais. Contudo, estes são desfeitos pela razão neoliberal. E as leis são fundamentais na consolidação dessa estrutura, que dilata desigualdades. Orientadas por instituições financeiras e bancos, são confeccionadas para enunciar imperativos a serem obedecidos, mesmo que nocivos, pela população.

O resultado é a produção de um modo de vida hostil e precário para a maior parte da população. Instigados pela competitividade extrema, nos tornamos avessos aos vínculos sociais e valores coletivos. Responsabilizados exclusivamente pela produção de nosso capital humano, nos endividamos. Com o social e o político esvaziados de sentido, as desigualdades geradas por esse ecossistema são normatizadas em nome do mérito, de um tradicionalismo moral ou do mercado.

Por conseguinte, a energia oriunda do ressentimento, ódio, ansiedade, tristeza, frustração, aumentam os antagonismos nas relações sociais, que animam movimentos políticos cada vez mais autoritários que concebe o outro, o diferente, o diverso, como inimigo a ser afastado ou destruído.

Sociedades da inimizade e o neofascismo

A consolidação planetária da razão neoliberal e da competição fomenta o individualismo e esvazio a solidariedade de sentido. As condições da vida contemporânea exigem uma preocupação do indivíduo quase exclusiva consigo. Um de seus efeitos mais deletérios é a disseminação de relações de inimizade¹⁷, muitas vezes movidas pelo medo do desemprego, de estrangeiros, de outras religiões e mesmo valores políticos. Em suma, o que quer que seja visto como ameaça à visão de mundo e ao estilo de vida de determinadas parcelas da população.

Nesse contexto, Mbembe questiona: “tendo em conta tudo que se passa, pode o Outro ser ainda considerado meu semelhante?” (2017, p.09). O temor em relação aos que não são os nossos leva ao que o autor concebeu como desejo de *apartheid*, ou seja, segregações cada vez mais destrutivas, já que a proximidade e a convivência são consideradas perigosas. Com efeito,

¹⁷ Sobre o inimigo, escreve Mbembe: “Vivem entre nós, mas não são verdadeiramente dos nossos, devem ser rejeitados, postos no seu lugar ou simplesmente recambiados para fora de nossas fronteiras, no contexto do novo Estado securitário que atualmente marca nossas vidas. A pacificação interna, a ‘guerra civil silenciosa’ ou molecular, as prisões em massa, a dissociação entre nacionalidade e cidadania, as execuções extrajudiciais no contexto da política criminal e penal contribuem para confundir a antiga distinção entre segurança interna e segurança externa” (2017, p.93).

grupos sociais se tornam antagônicos e entram em disputas por territórios, mercados e força política. Nesse processo, canalizam afetos tristes, como ódio e ressentimento, que: “pouco a pouco, empurraram as nossas sociedades para fora da democracia, transformando-as em sociedades da inimizade” (2017, p.10-11). O problema se torna mais agudo com a normatização, política e cultural, do meio usado na obtenção da soberania que legitima o direito de matar inimigos: a guerra.

Se o individualismo inerente às forças mercadológicas gera cisão, este efeito é suplementado pela normatização da guerra. Conforme o autor, “as guerras liberaram forças passionais que, por sua vez, exponenciaram a faculdade dos homens de se dividirem” (2017, p.12). Para Mbembe o mercado seguiria o modelo da guerra, cujos objetivos são econômicos, como a obtenção de recursos ou domínio territorial. Considerando a incessante produção de “inimigos internos” a serem combatidos, o efeito é a emergência de projetos autoritários que utilizam direitos, liberdade e leis como justificativas no cerceamento de direitos e liberdades e leis.

Tais projetos são viabilizados pelo Estado securitário, que alimenta a insegurança generalizada para fornecer soluções e segurança. Sua estratégia pressupõe a manutenção de uma tensão permanente sobre as populações, incitadas à hostilidade e temor para com as ameaças e os inimigos. Com efeito, a guerra se torna uma condição permanente, que mobiliza recursos em ações militares e autoritárias. Medo e desejo são combustíveis fundamentais na consolidação desse processo.

O medo de um perigo exterior e o desejo por garantias de segurança são inevitáveis numa atmosfera animada por forças mercadológicas, de grandes riscos e com escassez de recursos, como a sociedade neoliberal insiste em ordenar o tecido social. Com efeito, as origens das mazelas que assolam o cotidiano e a estrutura que molda comportamentos são veladas. Os problemas econômicos que afetam a renda e o trabalho, problemas de violência e criminalidade são personificados e identificados com os que não são os nossos, sejam estrangeiros, praticantes de outra religião ou posicionamento político que põe em risco “nosso” emprego, “nossa” renda, “nossa” vida¹⁸.

¹⁸ Por agora, é preciso repetir, decididamente, a época privilegia separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo a que, num vasto processo de inversão, as, democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital, da tecnologia e do militarismo, aspiraram. (2017, p.72).

Um dos principais efeitos da aliança entre a razão neoliberal e o novo conservadorismo social é o desejo pela divisão alimentado por uma visão de mundo pautada na distinção entre nós e eles, que visa a preservação dos costumes e das crenças, morais, políticas e religiosas da ameaça que os inimigos representam. As redes sociais têm sido largamente utilizadas na disseminação de discurso de ódio e notícias falsas sobre grupos minoritários e movimentos políticos progressistas. A ocupação militar de territórios precarizados tem sido prática comum para lidar com as consequências geradas pelo desmonte dos serviços de proteções sociais e serviços de bem estar.

A separação, através de barreiras de segurança e grades tem sido a marca das relações sociais, materializadas no muro e na lógica dos condomínios. O objetivo é manter-se à distância, em segurança em relação aos perigos ou ao “inimigo”. Além disso, a lógica da divisão movimenta todo um setor de serviços de segurança privada, com profissionais das forças armadas ou policiais e o comércio de tecnologias militares, como câmeras de segurança, dispositivos de monitoramento, inteligência artificial e portaria remota. A exploração econômica das inseguranças e do desejo de separação é garantida pelo Estado securitário e de vigilância, mal grado a instrumentalização da violência. Para Mbembe:

com a imaginação aguçada pelo ódio, as democracias liberais não param de alimentar todo tipo de obsessões acerca da verdadeira identidade do inimigo [...] no final do século XX, os movimentos de ódio, formações que investem na economia da hostilidade, da inimizade e nas mais variadas lutas contra o inimigo, contribuíram, em conjunto, para um significativo aumento de formas e graus de aceitação da violência que se pode (ou deve) infligir aos fracos, aos inimigos, aos intrusos (todos aqueles que não são considerados nossos). (2017, p.89).

A citação expressa como a extrema vulnerabilidade com que nossas vidas são tratadas pela razão neoliberal alimenta a insegurança e o medo, explorados pela política da inimizade. O novo conservadorismo social instrumentaliza a fé das pessoas numa hostilidade em relação a políticas de igualdade, pluralidade e direitos, que, caso não sejam moldadas pela moralidade religiosa, são encaradas como ataques à seu modo de vida. Além disso, o esvaziamento de sentido do social, do político, da solidariedade, da igualdade e da pluralidade, fomenta a sensação de ameaça e risco em relação a grupos sociais distintos. Com efeito, o antagonismo se torna incontornável nesse contexto e a tolerância à violência aplicada a tais grupos é alargada para aplacar a sensação de insegurança.

Por conseguinte, o autoritarismo se expande e submete os valores democráticos. O desenvolvimento do mercado e das forças econômicas justificam ações militares e políticas

sobre minorias, “classes subalternas” e inimigos políticos. Nesse ponto, o risco maior é a emergência de novas formas de fascismo.

Instigado pelas desigualdades crescentes e pelas polarizações políticas, o neofascismo é baseado em divisões de raça, gênero e classe, hierarquias fundamentais para o funcionamento e manutenção do mercado. Diferente de sua versão originária o neofascismo instrumentaliza o Estado para o fortalecimento das forças mercadológicas, das empresas, da propriedade privada e da liberdade individual e na repressão aos insurgentes e às ameaças à economia. Escreve Lazzarato, “Sem Estado, sem guerra, sem racismo, sem fascismo, nada de lucro. O ‘triunfo’ sobre as classes subalternas não se dá de uma vez por todas, precisa ser continuamente repetido, reproduzido” (2019, p.45). Se a versão histórica do fascismo era animada pela guerra total, o neofascismo é movido pela guerra interna, contra segmentos da população. Isso porque o ódio que caracteriza a subjetividade fascista, patriarcal e heterossexual, é atualizado numa hostilidade e aversão aos movimentos sociais que contestam as tradicionais separações sexuais, de raça e gênero.

Para Lazzarato, “o (novo) fascismo é a outra face do neoliberalismo” (2019, p.09). Em seu argumento, a violência seria a pedra fundamental do neoliberalismo, tendo em vista as ditaduras latino-americanas. A soberania do capital, a disseminação da competitividade como relação social, a racionalidade do mercado e a figura subjetiva do empreendedor de si só foram possíveis através de violentas derrotas sofridas pelos adversários políticos. O que pavimentou a constituição da subjetividade do governado foi a lógica da guerra civil e das repressões militares.

O filósofo italiano considera a violência inerente ao processo de consolidação dos experimentos neoliberais na América Latina, caracterizada por décadas de forças revolucionárias, sindicatos e movimento operário. Escreve o autor: “os neoliberais, guiados por um ódio de classe que falta a seus adversários, não se enganaram ao se mobilizarem na América Latina” (2019, p.24). A eliminação de ameaças ao mercado e a supressão dos dispositivos democráticos, considerados um perigo político, foram essenciais na instituição do projeto político neoliberal. A fantasia do Estado mínimo não encontra respaldo na realidade, já que sucessivas e violentas intervenções estatais asseguraram a soberania do capital e o governo das condutas.

A repressão aos mais vulneráveis e aos que não se enquadram ou resistem às leis mercadológicas é permanente. Conflitos estratégicos são empregados na regulação das populações, através de um hibridismo civil e militar, suplementado por uma animosidade

crescente entre os grupos sociais, segregados na lógica “nós” e “eles”. Devastados por condições de vida precárias, inflamados por ressentimentos e soterrados em dívidas, o ódio se torna um afeto capturado e manipulado por movimentos neofascistas.

As estratégias neofascistas visam a desumanização, a crueldade e a falta de empatia com segmentos da população. Nesse processo, a segregação e a inimizade são fundamentais: “o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em ‘nós’ e ‘eles’[...] Todo mecanismo da política fascista trabalha para criar ou solidificar essa distinção” (2019, p.15). A principal justificativa é orientada pelo passado mítico, por um tempo idílico que foi destruído, onde o tradicionalismo moral garantia pureza e segurança aos costumes, à visão de mundo e ao estilo de vida. As mitificações são associadas à pureza e variam conforme os países, podendo ser religiosa, racial ou cultural. Apesar das variantes, a família patriarcal é uma constante¹⁹.

A família patriarcal é importante por sua função estratégica. A figura paterna é projetada no líder da nação, visto como autoridade provedora, forte e protetora. O imaginário da subjetividade fascista idealiza hierarquias tradicionais de gênero, que deveriam orientar e uniformizar as sociedades contemporâneas, a despeito da universalização de direitos e valores, como igualdade e pluralidade. E a defesa do fetiche nostálgico e da tradição mítica é associada ao patriotismo e ao militarismo, que justificam e mascaram autoritarismos no tempo presente. Movimentos feministas geram pânico, medo e ansiedade ao contestarem o domínio das antigas hierarquias de gênero.

Outra estratégia neofascista é o anti-intelectualismo. A tática desqualifica a ciência e a razão e comprometem o debate público. Sem esses referenciais para orientar decisões coletivas, restam os valores grupais que almejam se tornar dominantes. Além disso, as universidades foram o epicentro de diversos movimentos políticos e sociais. Por essa razão, são demonizadas e diversas expressões, que visam sua desmoralização, são disseminadas. Entre elas, a “doutrinação marxista”, o “marxismo cultural”, a crítica aos estudos de gênero, a veiculação de notícias falsas sobre uso de drogas e orgias em universidades públicas.

Com efeito, “nos sistemas antidemocráticos a função da educação é produzir cidadãos obedientes estruturalmente obrigados a entrar na força de trabalho sem poder de barganha e ideologicamente treinados” (STANLEY, 2019, p.59). Assim, o projeto educacional fascista, a

¹⁹ “A família patriarcal é um ideal que os políticos fascistas pretendem criar na sociedade – ou recuperar, como afirmam. A família patriarcal é representada sempre como uma parte central das tradições da nação, diminuída recentemente” (STANLEY, 2019, p.21).

disciplina, a moral, a tradição, o patriotismo são os eixos norteadores. Em termos de conteúdo, estes são preteridos em relação às habilidades e competências. As ciências humanas são deixadas de lado em favor de cursos e matérias que assegurem capacidade de negócios ou retorno financeiro mais direto.

Um dos objetivos centrais do anti-intelectualismo é mascarar a realidade e degradar o debate público, reduzindo-o a um conflito ideológico. Nesse propósito, o convencimento razão é substituído pelo emocional. Raiva, medo, insegurança, ressentimento se tornam os critérios que mobilizam parcelas cada vez maiores da população a apoiar decisões políticas que irão lhes prejudicar, desde que valores morais sejam protegidos.

As teorias da conspiração são ferramentas essenciais para desestabilizar o debate público, gerar ansiedade, desconfiança e paranoia generalizada. O exemplo mais recente diz respeito à recusa de parcelas da população em aceitar a vacina chinesa para o novo corona vírus. O objetivo das teorias da conspiração é criar uma atmosfera necessária para medidas drásticas. Além disso, tem um papel pedagógico e cognitivo distorcido: fornecem explicações simples para problemas complexos. Nesse contexto, a mídia e as fontes de informação tradicionais são postas em dúvida e a fonte de informações críveis e verdadeiras é um partido, grupo ou o líder político.

Sobre os valores democráticos como igualdade e pluralidade, estes são concebidos como grandes ameaça às tradicionais hierarquias morais. As políticas de igualdade, de gênero e racial, fomentam o ressentimento, a raiva e a vitimização masculina que atribui a determinadas políticas a causa de seu “fracasso”. Imaginando o status social ideal das sociedades patriarcais, demonizam movimentos e ações de combate às desigualdades.

Para Stanley, “a grande desigualdade econômica cria condições ricamente contundentes à demagogia fascista” (2019, p.177). Numa sociedade marcada pela inimizade e pela competitividade de mercado, novas formas de fascismos emergem sem grandes dificuldades. Com a normalização da violência, do ódio, os valores democráticos são solapados e autoritarismos, negacionismos e obscurantismos marcam as relações sociais e políticas.

Considerações finais

Em vista do exposto, vimos que as sociedades neoliberais são sociedades da inimizade. Nelas o modo de vida e as relações sociais são modulados pela competitividade, pela liberdade individual, onde a meta é a realização pessoal, atrelada ao sucesso profissional. Individualizado e responsabilidade pelo custeio de sua educação, saúde, aposentadoria, outrora direitos sociais,

o sujeito é empurrado ao endividamento crônico e à penhora de fatias cada vez maiores de seu tempo e de sua vida no aumento de sua renda. Insegurança, ressentimento e medo atravessam segmentos da população que vivem em situações de vulnerabilidade.

O novo conservadorismo social acolhe e fortalece essa subjetividade com recursos discursivos e moralizantes, de origem metafísica. Ao incutir verdades absolutas na condução das consciências, termina oferecendo um modo de vida rígido, baseado em tradicionalismos morais. Movimentos sociais, partidos ou ações políticas que defendam ou promovam a igualdade e a pluralidade são recebidos como um ataque a sua visão de mundo.

Por conseguinte, a aliança entre a racionalidade neoliberal e o novo conservadorismo social produz, inevitavelmente, forças antidemocráticas. Com o tecido social atravessado por afetos tristes, como ódio, temor e ressentimento, novas formas de fascismo surgem e normalizam a violência.

Referências bibliográficas

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

COOPER, Melinda. *Family Values: between Neoliberalism and the new Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

CRARY, Jonathan. *24/7: Capitalismo tardio e fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DARDOT, LAVAL. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

HAN, BYUNG-CHUL. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LAZZARATO, M. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Porto Alegre: L&PM, 2019.